

55
NI

CNI

Confederação Nacional da Indústria

Coletânea de Pronunciamentos

Agenda Legislativa da Indústria



SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

DEPUTADO MICHEL TEMER

SENADOR FERNANDO BEZERRA

DAGOBERTO LIMA GODOY

JOSÉ DE FREITAS MASCARENHAS

JOSÉ CARLOS GOMES CARVALHO

JORGE GERDAU JOHANPETER

FERNANDO DE SOUZA FLEXA RIBEIRO

ANTÔNIO FÁBIO RIBEIRO

JOÃO SÁ

STEFAN BOGDAN SALEJ

Brasília - 1997

37.3(042.5)(083
c

COLETÂNEA DE PRONUNCIAMENTOS

Agenda Legislativa da Indústria

SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

DEPUTADO MICHEL TEMER

SENADOR FERNANDO BEZERRA

DAGOBERTO LIMA GODOY

JOSÉ DE FREITAS MASCARENHAS

JOSÉ CARLOS GOMES CARVALHO

JORGE GERDAU JOHANPETER

FERNANDO DE SOUZA FLEXA RIBEIRO

ANTÔNIO FÁBIO RIBEIRO

JOÃO SÁ

STEFAN BOGDAN SALEJ

Brasília - 1997

00455/cni

342.537.3
(042.5)(083.94)

C748c

1997

CNI

2.erc

CNI BIBLIOTECA	
SBD/Reg.	Cont./Reg.
Ass.	Data 02/09/97

9650

CN-00011995-3

Ac. 629

Ex. 1-625

CNI - BRASÍLIA

SBN - Quadra 01 - Bloco "C" - 16º andar

PABX: (061) 317-9000

FAX: (061) 317-9500

CEP: 70040-903 - Brasília - DF

CNI - RIO DE JANEIRO

Avenida Nilo Peçanha, 50 - 34º andar

PABX: (021) 534-8000

FAX: (021) 262-1495

CEP: 20044-900 - Rio de Janeiro - RJ

<http://www.cni.org.br>

E-mail: webmaster@mail.cni.org.br

Concepção e coordenação deste trabalho:

Conselho de Assuntos Legislativos - CAL:

Presidente: Dagoberto Lima Godoy
Conselheiros: Carlos Fernando Gross, Antônio Carlos de Araújo Navarro, Francisco de Assis Benevides Gadelha, Ruy Martins Altenfelder, Robson Braga de Andrade, José Augusto Marques, Giancarlo Gerli, Jorge Gerdau Johannpeter, Pierangelo Rossetti, Paulo Octávio Pereira

Coordenadoria de Assuntos Legislativos - COAL:

Coordenador: Carlos Alberto Cidade
Subcoordenador: Godofredo Franco Diniz
Equipe Técnica: Aline Bandeira, Bruno Assumpção, Frederico Borges, Mauro Castro, Pedro Kloeckner, Simone Santana e Ubaldo Campello Neto.

Editoração: IRC - Ingrid Rocha Comunicações

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	5
DAGOBERTO LIMA GODOY	7
JOSÉ DE FREITAS MASCARENHAS	11
JOSÉ CARLOS GOMES CARVALHO	13
JORGE GERDAU JOHANPETER	17
FERNANDO DE SOUZA FLEXA RIBEIRO	19
ANTÔNIO FÁBIO RIBEIRO	23
JOÃO SÁ	25
STEFAN BOGDAN SALEJ	29
SENADOR FERNANDO BEZERRA	31
DEPUTADO MICHEL TEMER	35
SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	39

Por ocasião da entrega aos presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados da Agenda Legislativa da Indústria para 1997, documento que contém uma análise dos principais projetos de lei de interesse da indústria que atualmente tramitam do Congresso Nacional, a posição da Confederação Nacional da Indústria a respeito dos temas ali abordados foi reafirmada através de vários pronunciamentos.

Presidentes e representantes dos Conselhos Temáticos da CNI, órgãos encarregados de formular as diversas políticas da entidade, e o próprio presidente da CNI, Senador Fernando Bezerra, reiteraram a competência e responsabilidade do Congresso Nacional para promover as reformas legislativas que possibilitem condições de competitividade à indústria brasileira para enfrentar a concorrência na economia globalizada.

Os pronunciamentos dos líderes empresariais foram seguidos de respostas imediatas do presidente da Câmara, Deputado Michel Temer, e do Senado, Senador Antônio Carlos Magalhães, que acolheram as razões da indústria na elaboração do documento, comprometendo-se a considerar seu conteúdo na tramitação das matérias nele apontadas como prioritárias para que o setor industrial enfrente os desafios do crescimento e da competitividade.

Pela importância desses pronunciamentos, ainda que sem revisão dos autores, editamos a presente coletânea, que passa a ser parte integrante da Agenda Legislativa da Indústria para 1997.

Além dos presidentes das duas Casas do Congresso Nacional, estiveram na CNI para prestigiar o lançamento da Agenda Legislativa

da Indústria para 1997, os Deputados Afonso Camargo, Ricardo Barros, Júlio Redecker, Augusto Nardes e Luis Roberto Ponte, e os Senadores Waldir Campelo, Geraldo Melo, Beni Veras e Emília Fernandes.

Nas páginas seguintes, apresentamos os pronunciamentos que marcaram a solenidade, que deu continuidade às ações desenvolvidas pela CNI junto ao Legislativo Federal, no sentido da conclusão da agenda de modernização da economia brasileira, consubstanciadas nos documentos “Custo Brasil, Diálogo com o Congresso Nacional”, de 1995, e “Custo Brasil, Agenda no Congresso Nacional”, lançado no ano passado.

Brasília, maio de 1997.

** Pronunciamentos sem revisão dos oradores.*

DAGOBERTO LIMA GODOY
Presidente do Conselho de Assuntos Legislativos

*“Visamos a
aprofundar
o diálogo
franco
com os
congressistas”*

O Conselho de Assuntos Legislativos da CNI, que tenho a honra de presidir por delegação do Presidente Fernando Bezerra, é o responsável pelo relacionamento da indústria com o Congresso Nacional. Cabe portanto a mim apresentar-lhes conceitualmente e sucintamente a Agenda Legislativa da Indústria, sua concepção e o processo de sua elaboração.

Trata-se de uma publicação que transcende até os limites de uma simples agenda. Apresenta à sociedade brasileira o pensamento e o posicionamento do setor industrial acerca das proposições legislativas em tramitação no Congresso Nacional, proposições que em grande parte consubstanciam as tão esperadas quanto indispensáveis reformas estruturais.

A Agenda Legislativa da Indústria prioriza, por sua abrangência e relevância, as 130 principais proposições legislativas em tramitação, segundo o interesse do setor industrial, e as organiza em temas e subtemas, antecipando ao Congresso Nacional a posição da indústria sobre cada uma, justificando-a em concisas manifestações.

Assim procedendo, visamos a aprofundar o diálogo franco com os congressistas, ao mesmo tempo em que estaremos informando à sociedade e a todos os industriais do Brasil que no Congresso Nacional tramita um projeto tal, apresentado por um Deputado ou Senador, que a Confederação Nacional da Indústria deseja ver aprovado ou rejeitado, por tais ou quais razões, e que a participação do industrial no aprimoramento e na divulgação deste posicionamento, esteja ele onde estiver, é fundamental para o resultado que se busca.

Esta iniciativa, desenvolvida pelo segundo ano consecutivo, é fruto da convicção da Confederação Nacional da Indústria, do seu papel como agente estimulador das transformações estruturais do País e da imperiosa necessidade de que a sua ação e o relacionamento com o Congresso Nacional e a sociedade se realize da forma transparente e através de um permanente diálogo.

As proposições priorizadas resultaram de amplo processo de análise, seleção e classificação, empreendido pelos Conselhos Temáticos da CNI, pelas Federações das Indústrias, pelos órgãos técnicos dessas Entidades, com a participação efetiva de nossos parceiros em todo o Brasil, que formam com a CNI, uma rede cada vez mais ativa e articulada de informação e influência legislativa do setor industrial.

O Congresso Nacional, em que pesem as críticas que lhe são dirigidas quase diariamente, vai cumprindo sua tarefa de modernização da legislação brasileira. Nós, empresários industriais, devemos ter plena consciência do resultado dos trabalhos parlamentares.

Com efeito, nos primeiros dois anos da atual quinquagésima legislatura, o Congresso Nacional transformou em norma jurídica 475 proposições legislativas, sendo 11 emendas constitucionais e 464 novas leis. Destas, 225 foram originárias de projetos da lei orçamentária e as demais 250 normas de caráter permanente, 171 originárias de projetos de lei, 61 de medidas provisórias, 11 de projetos de emenda à Constituição e 7 de projetos de lei complementar.

Estes números devem desfazer a equivocada imagem de um Congresso que não trabalha. A produção legislativa brasileira talvez não encontre paralelos na história dos Parlamentos modernos. Entretanto, senhores presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, o Brasil requer ainda mais. Precisamos completar o processo de reformas estruturais da nossa legislação.

Esta Agenda é uma contribuição da Indústria para as Casas por Vossas Excelências presididas. Liderados por nosso Presidente, para o orgulho da CNI, também Senador Fernando Bezerra, procuramos cumprir séria e competentemente nossa parte no esforço conjunto da cidadania, para o constante aperfeiçoamento da democracia em nosso País, e para a construção de uma nação mais competitiva no seu todo.

"As políticas estratégicas para que a indústria caminhe na direção desejada devem ser capazes de contribuir para a eliminação de obstáculos"

Definir o desenho da política industrial do Brasil certamente não é imaginar o retorno às políticas dos anos 60 ou 70, como muitos estimam. As mudanças no ambiente econômico, revisando o papel do Estado e a crescente integração do País com a economia internacional, representam a nova moldura, incapaz de comportar as políticas do passado.

A visão da política industrial, como vem sendo debatida e defendida pela CNI, envolve cinco elementos chaves: a formação de uma visão estratégica sobre o futuro da indústria do País; a eliminação dos obstáculos que afetam o desenvolvimento industrial; a geração das competências articuladas aos novos desafios estratégicos; o nivelamento das condições de concorrência comercial e as políticas horizontais e setoriais espaciais, que dão sustentabilidade à agenda.

As políticas estratégicas para que a indústria caminhe na direção desejada devem ser capazes de contribuir para a eliminação de obstáculos, geração de competências e para o nivelamento das condições de concorrência no mercado internacional, tornando-a competitiva, e o Congresso Nacional seguramente tem um papel decisivo na construção desse novo ambiente.

Fatores externos à empresa constituem-se hoje no principal obstáculo à competitividade da indústria brasileira. Esses fatores podem, em sua maioria, ser sumarizados no conceito Custo Brasil, que engloba as ineficiências associadas às relações entre Estado e setor privado, que estão expressas em graves deficiências no provimento de bens públicos e em uma legislação inadequada.

É preciso dotar o País de condições mínimas de infra-estrutura, eliminar os excessos e a inadequação da legislação tributária e trabalhista, obter um custo de financiamento compatível com a realidade internacional, resolver as carências básicas de educação e saúde do total da população, entre outras iniciativas.

Grande parte das iniciativas necessárias para a remoção dos obstáculos, geração de competências e nivelamento das condições de concorrência envolvem a adoção de políticas horizontais, ou seja, políticas que afetam todos os setores industriais. Elas não implicam decisões de caráter discricionário, e aumentam a eficiência do sistema produtivo como um todo.

A ênfase nas políticas de caráter horizontal não elimina a necessidade de adoção de instrumentos capazes de eliminar distorções setoriais. O traço básico dessas políticas é atuar de forma diferenciada para promover o aumento da competitividade de setores selecionados. Os reflexos da abertura comercial e da mudança tecnológica se dão de forma assimétrica por diferentes setores, o que pode eventualmente exigir políticas de reestruturação específica.

O marco geral para a aplicação desses instrumentos deve ser o esforço da competitividade, evitando estimular a sobrevivência de setores ineficientes ou a reedição das políticas setoriais da fase de substituição das importações. Esta é, sem dúvida alguma, a agenda ampla e ambiciosa, mas é também uma agenda inadiável. Dela dependerá o formato que assumirá o setor industrial brasileiro, e por consequência - nunca é demais reforçar - dela resultarão os limites e as potencialidades que o País será capaz de liderar.

Sem uma indústria forte e competitiva, serão restritas as possibilidades do Brasil, no conjunto internacional dos países desenvolvidos. Nossa tarefa principal é encontrar as respostas necessárias para o sucesso dessa trajetória.

JOSÉ CARLOS GOMES CARVALHO
Presidente do Conselho de Infra-estrutura

*"O preço
cobrado
pelos serviços
de praticagem
nos portos
brasileiros
é abusivo"*

Esta Casa está inserida nas profundas mudanças que acontecem no Brasil, comandadas pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, e esta Casa, com a liderança forte, liderança destemida do nosso Senador Fernando Bezerra, vem acompanhando com grande interesse todos os assuntos legislativos que evidentemente passam pelas duas casas que compõem o Congresso Nacional.

De minha parte, por honrosa delegação de Sua Excelência o Senhor Presidente desta Casa, Senador Fernando Bezerra, me cabe falar rapidamente a respeito de infra-estrutura. No setor de transportes, dada a posição geográfica do País e sua longa costa marítima, o sistema portuário deveria, na nossa visão, ser o principal elo de transporte de cargas.

Entretanto, os altos custos portuários e o tempo requerido pela ineficiência dos outros modais, problemas tais como monopólios de sindicatos, baixa capacidade gerencial do setor público como prestador direto de serviços e deterioração das instalações e equipamentos sob a responsabilidade governamental, elevam sobremaneira os preços dos serviços a patamares acima da média internacional.

Sabem Vossas Excelências que após a aprovação da lei de modernização dos portos, em fevereiro de 93, pouco se avançou. Somente em 95, com a criação do Grupo Executivo para a Modernização dos Portos, deu-se efetivamente início à reestruturação deste setor. Destaco sobremaneira o projeto que objetiva quebrar o monopólio dos serviços de praticagem de embarcações.

O preço cobrado pelos serviços de praticagem nos portos brasileiros é abusivo. Existem casos em que, por um período de trabalho de 3 a 4 horas, são cobrados cerca de 12.000 reais. Esta Casa entende, Senhores Presidentes, que era preciso rapidamente uma nova lei que pudesse transformar esta lei arcaica, ultrapassada que rege a praticagem no Brasil.

No setor de telecomunicações, que Vossa Excelência, Senhor Antônio Carlos Magalhães, já foi ministro, que conhece profundamente e que deu um grande avanço na sua época, a situação do setor ainda é precária, apresentando preços elevados, congestionamento de linhas e grandes filas de espera, onerando empresas e cidadãos.

O substitutivo ao projeto de lei do Executivo que define as regras básicas para a organização dos serviços de telecomunicações, bem como a criação e o funcionamento do órgão regulador, é abrangente e está bem estruturado, tendo o mérito de dar-lhe independência à autonomia financeira, tentar evitar a formação de monopólios privados e garantir a universalização dos serviços de telecomunicações.

Embora não seja perfeito, o projeto atende aos interesses do País, e sua aprovação deverá proporcionar condições para a abertura do setor de investimentos privados. Finalmente, no setor de energia muitas coisas aqui poderiam ser destacadas, mas quero dizer que os investimentos no setor elétrico caíram na década de 90 para menos de 1/3 do seu valor na década anterior.

Com a recuperação da economia, já observamos dificuldades no abastecimento. Quanto ao setor petróleo, o projeto do Poder Executivo que regulamenta as atividades econômicas pertinentes e institui o Conselho Nacional de Política Energética e Agência Nacional do Petróleo, conta com o integral apoio desta Casa. O substitutivo ampliou os objetivos do programa original. Ao traçar princípios de uma política energética nacional, proporciona um

planejamento integrado dos setores petrolífero, elétrico e demais segmentos de energia.

Tal opção se reflete no objetivo de valorizar recursos energéticos, e não só os petrolíferos, e de atraírem investimentos na área de energia, além de criar o Conselho Nacional de Política Energética, e não unicamente Política do Petróleo. Esta Casa confia no trabalho de Vossas Excelências.

*“Nós não
queremos
privilégio nem
vantagens.
Queremos
condições de
isonomia às
estruturas que
os nossos
concorrentes
internacionais
têm”*

Nós terminamos, recentemente, esse extraordinário trabalho da ALCA, e graças à liderança do nosso Presidente Fernando Bezerra, conseguimos uma posição taticamente unânime não só do setor industrial, mas principalmente de todo o setor empresarial brasileiro, e tivemos mais ainda, praticamente uma unanimidade por parte dos empresários do Mercosul.

E que foi esse posicionamento? Esse posicionamento foi essencialmente a preocupação do empresariado de que se faça uma abertura gradativa em relação ao NAFTA. E por que é que nós colocamos essa porção desta forma? Não é duvidando da capacidade do nosso empresariado. Ao contrário, em grande parte nós temos hoje, nesses últimos anos, conquistado uma posição competitiva importante.

Mas a competitividade hoje se estabelece dentro da empresa, e a competitividade fora da empresa. A integração dos blocos é uma realidade, e que nós podemos eventualmente postergar para que se diminuam os conflitos, mas nós temos absoluta certeza de que a integração - ela vem.

Vem até pelo próprio processo internacional. Feita essa análise entre o nível de competitividade da empresa nacional, conclui-se que existem dois fatores, como já mencionei: o interno e o externo. E nos fatores externos - foi mencionado aqui pelos Presidentes das Comissões anteriores -, que são os fatores da infra-estrutura, energia, portos, telecomunicações. Indiscutivelmente temos processos enormes na capacitação tanto gerencial como principalmente dos nossos colaboradores em termos de educação, saúde, qualidade e vida.

Esse somatório é importante. Mas dois pontos foram eleitos, por parte do empresariado, como os mais graves e mais urgentes, para que se crie a isonomia competitiva ao empresário nacional. Nós não queremos privilégio nem vantagens. Queremos condições de isonomia às estruturas que os nossos concorrentes internacionais têm. Em primeiro lugar, o aspecto tributário, e em segundo lugar, o custo do dinheiro. Esses dois fatores é que mais pesam na não isonomia em relação a competição internacional. Então o nosso apelo é de que se criem essas condições ao empresário nacional.

Nos aspectos tributários nós tivemos avanços importantes, tirando-se o ICMS na exportação, tirando-se o PIS, COFINS, mas tivemos retrocessos com a criação do CPMF. Mas hoje, dentro do aspecto da competição, não nos basta apenas a condição de exportar para evitar a exportação de impostos. Nós temos que ter as condições iguais contra a importação e a carga tributária que o produtor nacional tem, pelos impostos em cascata, em relação ao importador, é de tal desvantagem que, se nós não construirmos a reforma tributária, dificilmente nós vamos criar as condições competitivas justas para o produtor nacional.

Consequentemente, dentro da visão dos aspectos globais, para nós é indispensável que possamos ter o apoio do entendimento. Porque só o Congresso é que pode conciliar os conflitos a nível municipal, estadual, federal, e ainda os interesses que o empresário tem que ter para poder realmente competir.

Assim, a nossa confiança de que o Congresso possa dar prioridade absoluta no aspecto econômico para a Reforma Tributária, não para privilegiar o produtor nacional, apenas para lhe dar condições de isonomia.

FERNANDO DE SOUZA FLEXA RIBEIRO
Presidente do Conselho de Desenvolvimento Regional

*“É necessário
encarar o
desafio da
integração
nacional,
da mesma
forma que
enfrentamos
o desafio da
integração
internacional”*

Esta Casa, sob a liderança do nosso companheiro Presidente Fernando Bezerra, numa visão de integração nacional, instituiu e instalou, entre os seus Conselhos Temáticos, o Conselho de Desenvolvimento Regional, e o Excelentíssimo Senhor Senador Antônio Carlos Magalhães, como legítimo representante de uma região ainda em desenvolvimento em nosso Estado, e o Excelentíssimo Senhor Deputado Michel Temer, representante de uma região já desenvolvida de nosso País, com certeza absoluta, serão parceiros desta Casa na missão atribuída ao Conselho de Desenvolvimento Regional pelo Presidente Fernando Bezerra de todos juntos, nós brasileiros, trabalharmos no sentido de que a integração se faça de uma forma uniforme e espacial em nosso País.

Em virtude de sua formação sócio-econômica e de sua própria dimensão territorial, a economia brasileira, ainda hoje, apresenta uma conformação econômica em que despontam fortes desequilíbrios espaciais. Mesmo mantendo uma inquestionável unidade sócio-política e cultural, persistem em nosso País disparidades no desenvolvimento entre as diferentes regiões, e até mesmo dentro de uma mesma região, que são, de certo modo, incompatíveis com o grau de avanço econômico e a complexidade da economia brasileira.

Entretanto, a busca de um desenvolvimento espacialmente integrado e regionalmente harmônico, não deve ser visto e nem pode ser compreendido como uma preocupação apenas das regiões atualmente menos favorecidas, mas como um projeto de interesse nacional.

Claramente, o desenvolvimento de nosso País não será completo sem uma significativa redução nas desigualdades hoje existentes. A preocupação com a redução das disparidades regionais não é uma opção com o passado. O reconhecimento da existência de elementos desequilibradores que podem ser compensados ou corrigidos pela ação da política econômica é um fato que continua presente em países avançados industrialmente. Instrumentos de política regional, por exemplo, existem na Europa unificada, sendo parte integrante da política de integração econômica.

Esta preocupação para nós da indústria é tão premente, quando nos deparamos com o importante processo de transformação estrutural, como hoje vivenciado pela economia brasileira. A integração com a economia mundial tem rebatimentos importantes na dimensão regional que necessitam ser adequadamente consideradas. É necessário encarar o desafio da integração nacional da mesma forma que enfrentamos o desafio da integração internacional, gerando condições para que as potencialidades de cada região sejam devidamente aproveitadas pelos agentes econômicos.

O Conselho Temático Permanente de Desenvolvimento Regional, um dos mais novos Conselhos da Confederação Nacional da Indústria, foi concebido com o objetivo de desenvolver, dentro do setor industrial, uma ação centrada na busca da redução das desigualdades existentes, e o adequado aproveitamento do potencial econômico das distintas regiões.

Desde sua instalação em agosto do ano passado, o Conselho incluiu, entre suas atribuições, a análise de proposições legislativas que de alguma forma têm impacto sobre a atividade econômica em diferentes regiões do País mas, sobretudo, o Conselho tem se preocupado com aquelas que carecem de melhor infra-estrutura econômica e social, imprescindíveis à exploração de suas riquezas naturais ou de potencialidades não adequadamente exploradas.

Entre as diversas proposições legislativas atualmente em tramitação no Poder Legislativo, sem dúvida, a Medida Provisória de número 1562, que define diretrizes e incentivos fiscais para o desenvolvimento regional nas regiões Nordeste, Amazônica e o Estado do Espírito Santo, é aquela que desponta como a de maior relevância para a busca de um desenvolvimento regionalmente menos desigual.

A referida medida, que prorroga benefícios atualmente existentes, visa a criar condições e implantação de empreendimentos dinâmicos nessas regiões, buscando sua transformação e modernização, embora isoladamente este instrumento não resolva a questão das disparidades, que demanda de outros instrumentos de política. A virtual ausência de uma política nacional de desenvolvimento regional exige a manutenção dos atuais mecanismos, até que outros mais eficientes venham a ser implantados.

“Não se trata de retirar direitos dos trabalhadores, mas desfazer os defeitos e incorreções nas relações de trabalho que geraram a igualação do que é desigual”

Não mais se ajusta à realidade econômica brasileira o atual modelo de relações do trabalho, caracterizado por exacerbado dirigismo estatal dentro de um marco regulatório extremamente detalhado, rígido, casuístico e anacrônico, onde pouco ou nada se deixa à inventiva das partes diretamente interessadas, tolhendo a possibilidade de criação de normas e condições de trabalho pelos atores sociais.

Outro defeito desse ultrapassado modelo de regulamentação das relações trabalhista encontra-se no fato da lei dirigir-se a todos, dentro do território nacional, sem atentar para as peculiaridades e diferenças sociais e econômicas das diversas regiões do País, e dentro desta, para os múltiplos tipos de empreendimentos.

Na atualidade, cresce o mercado informal de trabalhadores, pela evidente incapacidade das micro e pequenas empresas absorverem o volumoso catálogo de obrigações e procedimentos trabalhista, impostos e cobrados em nível de igualdade com as grandes empresas.

Enfim, há uma série de vicissitudes das empresas que poderiam ser resolvidas, se houvesse espaço para a negociação, e em especial, a negociação direta entre empregadores e trabalhadores, pois a dimensão coletiva não deve suprimir ou sufocar a dimensão individual, nem reduzir a liberdade de decisão e ação de cada empresa com seus empregados.

Uma das vantagens do direito do trabalho negociado sobre o legislado está exatamente na sua flexibilidade, não só porque possibilita o permanente e rápido ajuste à dinâmica das mutações sócio-econômicas, como também atende às múltiplas peculiaridades e diferenças regionais, setoriais e empresariais do País.

Saliento desde logo que não se trata de retirar direitos dos trabalhadores, mas de desfazer os defeitos e incorreções na execução das relações de trabalho que se avolumaram no decurso de longos anos, e que geraram a igualação do que é desigual. Indispensável portanto, a flexibilização para que se viabilizem as adaptações, as diferenças às diversas realidades e necessidades existentes, objetivando que a prática da negociação se exercite sem o temor da presença estatal, que pela incerteza ou desarrumação que possa causar, continuar a inibir ou esvaziar exatamente o relacionamento e a espécie de norma mais nobre e apropriada, hoje resultante do encontro da vontade das partes.

Outras vantagens podem ser creditadas à negociação. Convince a teoria e demonstra a prática que a solução de consenso, como é natural, gera menor número de conflitos que a solução imposta por lei.

Concluindo, desejo expressar a minha segura convicção e do Conselho que constituímos nessa Casa, de que qualquer tentativa substantiva de modernização das relações do trabalho passa necessariamente pela revisão das normas constitucionais sobre o tema, de forma a corresponder e atender às transformações e às múltiplas diferenças sócio-econômicas do nosso País, incentivando e priorizando a negociação voluntária, e descentralizada, dentro de um marco regulatório básico.

Para isso é preciso que estejamos dispostos a correr riscos, inclusive o de ser impopulares em determinados meios, que por comodidade ou incompetência, defendem a perplexidade do rígido, casuístico e anacrônico modelo existente. Sua revisão e só a sua revisão permitirá a enfrentar o maior desafio da passagem do próximo século, que é a figura do desemprego.

“Para ampliar a inserção dos produtos brasileiros no mercado internacional, é necessário que a legislação garanta a completa desoneração das exportações”

O bom desempenho do comércio exterior é peça chave para permitir que a economia brasileira tenha condições de sustentar taxas de crescimento mais elevado nos próximos anos. Para tanto, é fundamental a construção de instrumentos que nivelem as condições de concorrência da indústria brasileira àquelas disponíveis para os nossos competidores estrangeiros.

Para ampliar a inserção dos produtos brasileiros no mercado internacional, é necessário que a legislação brasileira garanta a completa desoneração das exportações, condições de financiamento às vendas externas, compatíveis com as vigentes nos demais países, e o funcionamento de um eficiente sistema seguro de crédito e exportação.

Aliás, o País já tem adotado nos últimos meses algumas decisões nesse sentido, inclusive a partir de ontem começa a vigir o seguro de crédito de exportação, que é um instrumento sem o qual, seguramente, o País não pode enfrentar a concorrência de outros países.

Por outro lado, a convivência de um ambiente de abertura comercial requer que os produtores brasileiros disponham de instrumentos de proteção semelhantes aos oferecidos aos nossos principais competidores do mercado internacional.

A legislação *anti dumping*, de direitos compensatórios e de salvaguardas, deve ser aplicada de modo ágil e eficiente, dentro de um arcabouço legal, definido pela rodada Uruguai, do GATT, organização essa hoje substituída pela OMC. Além disso, é preciso que a legislação regulamentadora das operações de importação sejam

adaptadas aos objetivos da atual política comercial, evitando criar entraves burocráticos desnecessários.

Entretanto, é desejado que esta regulamentação respeite as especificidades setoriais, de modo a garantir o nivelamento das condições de concorrência. Há na estrutura administrativa federal, uma multiplicidade de ministérios intervenientes na conduta da política do comércio exterior, resultando em dispersão de esforços, burocratização dos processos, e falta de coordenação.

É necessária, pois, uma revisão na estrutura administrativa que permita a centralização dos diversos órgãos gestores da política de comércio exterior. A agenda legislativa aqui apresentada inclui alguns projetos de lei que contribuem para a desoneração das exportações, para a desburocratização das importações e para a adequada proteção dos produtores nacionais contra as práticas desleais de comércio.

A proposta da lei de comércio exterior que foi elaborada pela Fundação Centro de Estudos de Comércio Exterior, a FUNCEX, e que teve uma prévia audiência e discussão com todas as federações, com a CNI, com diversas outras Entidades, que totalizaram mais de duas centenas, representando pois um projeto extremamente democrático, deve merecer especial atenção por parte do Congresso Nacional.

Uma lei de comércio exterior moderna e abrangente, poderá representar o importante esforço a esse processo de modernização e adequação da legislação às necessidades da indústria brasileira, para competir no mercado internacional. Enfim, Senhor Presidente, eu apenas destacaria que nós estamos num momento em que o Brasil, quer no âmbito do empresariado, quer no âmbito governamental, deve ter em conta que a coisa mais necessária do País hoje chama-se comércio exterior.

Especificamente exportação, porque a exportação é que dará sustentação ao Plano Real, que sem dúvida nenhuma, trata-se de

um plano vitorioso, mas não pode de maneira nenhuma estar submetido a qualquer risco, por faltar o embasamento que o comércio exterior tem que dar.

*“Seremos
capazes de
administrar,
gerenciar e
incluir essa
agenda
como fator
positivo de
desenvolvimento
brasileiro”*

Na área de meio ambiente, nós temos a menor agenda ainda junto ao Congresso Nacional, mas a maior agenda no nosso futuro, e eu não tenho dúvida nenhuma que sob a digna, sábia e equilibrada liderança do nosso Presidente, Senador Fernando Bezerra, seremos capazes de administrar, gerenciar e incluir essa agenda como fator positivo de desenvolvimento brasileiro.

Nós temos, senhores Presidentes do Senado e da Câmara, absoluta certeza de que as duas Casas Legislativas jamais se furtaram e não se furtarão de nos trazer uma legislação que desenvolva e resolva, que não entrave o desenvolvimento brasileiro. O ilustre Senador Antônio Carlos Magalhães, quando Presidente da Comissão das Relações Exteriores do Senado Federal, soube com sabedoria e com energia administrar a questão de inserção internacional da questão de meio ambiente nas nossas relações.

O Brasil é um País independente. A questão de meio ambiente tem que ser usada na inserção das nossas relações mais equitativas, mas não como um meio de pressão para resolvermos a questão dos outros países. Senhores Parlamentares, nós temos muito orgulho da maneira que a indústria brasileira está desenvolvendo a questão de meio ambiente.

Nós somos um dos primeiros países que já tem a certificação chamada ISO 14000. Inúmeros países que vêm aqui dar as lições de como devemos cuidar do meio ambiente, não querem adotar essas normas internacionais, estão inventando suas próprias normas, inclusive para prejudicar as nossas exportações e a soberania nacional, da qual a questão de meio ambiente faz parte.

Mas ela é intocável, e nós temos a consciência e a certeza absoluta de que vamos dar a solução àquelas questões que ainda estão pendentes. Nessa questão, nós gostaríamos muito de chamar a atenção das chamadas legislações paralelas. Senhores presidentes da Câmara e do Senado, no meio ambiente há legislações e legisladores. Além do Congresso Nacional que os senhores representam, há um número sem fim, inventando os seus regulamentos, suas legislações, e que não permitem inclusive que os senhores façam, junto com toda a sociedade brasileira, uma legislação maior, mais eficaz e mais eficiente. E nesse ponto nós achamos que é extremamente importante investir cada vez mais na consciência da sociedade brasileira como um todo, quanto à importância do meio ambiente.

O meio ambiente não é meio ambiente, é ambiente inteiro, ou questão ecológica, questão de desenvolvimento sustentável, é a questão do futuro do Brasil. Nós temos certeza que os senhores, em parceria com a indústria brasileira tão bem liderada pelo Senador Fernando Bezerra, vão dar as devidas e adequadas soluções que a questão ambiental reclama.

*“Esperamos que
o Congresso
contribua de
forma definitiva
para o
desenvolvimento
nacional,
aprovando as
reformas que
consolidarão o
futuro deste País
de enormes
perspectivas”*

Por entender ser o Congresso Nacional a razão maior e mais expressiva da democracia brasileira, e por entender que é pelo Congresso Nacional que se farão as transformações de um País que nós esperamos seja menos desigual, mais forte, mais equilibrado, é que realizamos esta solenidade.

Os representantes de todos os segmentos da indústria brasileira manifestaram seu pensamento neste momento, e foram pacientemente ouvidos por Vossas Excelências. Hoje já tivemos a enorme satisfação de ouvir do Senhor Presidente da República um discurso pelo qual o empresariado e a Nação brasileira esperavam e ansiavam.

Neste discurso ouvimos também que cabe ao Congresso Nacional a responsabilidade maior de aprovação das reformas que irão consolidar o plano de estabilização econômica que beneficia tanto a sociedade brasileira, e que nós, como grandes responsáveis pela produção nacional, acompanhamos com ansiedade.

Nós preparamos uma agenda que é a terceira agenda que temos com o Congresso Nacional, e portanto estabelecemos com o Poder Legislativo uma relação bastante diferente do que ocorria no passado. De certa forma, os parlamentares tinham um certo constrangimento em receber os empresários, e os empresários, de certa forma, não se sentiam à vontade no diálogo que mantinham com os políticos.

Temos hoje uma relação absolutamente aberta e transparente. Quero dizer mais, Senhores Presidentes do Senado e da Câmara: conhecendo o Congresso como conheço agora, pertencendo com

muito orgulho a este Poder, modifiquei completamente a imagem que eu tinha, absolutamente distorcida, e que tem também a sociedade brasileira, do que é o Congresso Nacional.

Eu me orgulho de ser um Senador da República. Me orgulho de ser um parlamentar neste País, porque vejo o quanto o Congresso tem contribuído de forma decisiva e definitiva, em primeiro lugar para a consolidação da democracia, e depois para o desenvolvimento brasileiro. O Congresso Nacional não tem faltado em nenhum instante aos reclamos da sociedade brasileira, e na votação das propostas que lhe são encaminhadas pelo Poder Executivo.

Esperamos que o Congresso Nacional, mais uma vez, contribua de forma decisiva e definitiva para o desenvolvimento nacional, aprovando as reformas que com certeza irão consolidar o futuro deste País de enormes perspectivas.

Entre cerca de 1.700 projetos encaminhados ao Congresso Nacional, nós selecionamos 131, e sobre eles nos posicionamos de uma forma quase que didática, mostrando por que somos favoráveis, ou por que somos contrários à sua aprovação, visando sobretudo à redução do Custo Brasil, do qual depende definitivamente a nossa inserção na economia globalizada.

Para encerrar, Senhores Presidentes do Senado e da Câmara, ao renovar o meu agradecimento, quero referir-me a um fato. Nós, recentemente, participamos em Belo Horizonte do Fórum Empresarial das Américas, e temos a certeza de que cumprimos o nosso dever, e demos a nossa contribuição ao País, sobretudo porque tivemos a oportunidade de participar de uma unanimidade nacional, que diferentemente do que colocou o nosso saudoso Nelson Rodrigues, não é burra.

Empresários, governo e trabalhadores têm em relação a este grande mercado que se construirá no futuro, a ALCA, um único e comum ponto de vista. Portanto, eu me orgulho de termos podido dar a nossa contribuição como industriais brasileiros, de termos podido participar da elaboração desse posicionamento.

Agradeço aos Senhores e espero que, como sempre faz, o Congresso Nacional cumpra uma vez mais o seu dever, aprovando as reformas que a sociedade espera.

*"O Congresso
tem em mira
o novo século
e legisla com
vistas à
modernidade.
Cresce a
importância
deste evento,
já que os
senhores
também
postulam o
moderno"*

Eu quero em primeiro lugar, saudar a todos, pela comemoração do Dia da Indústria.

Acho fundamental que este simbolismo seja preservado, exata e precisamente para registrar a importância de certos setores produtivos do País, e especialmente cumprimentá-los e cumprimentar ao Senador Fernando Bezerra por comemorar o Dia da Indústria com um gesto tão produtivo, como é encaminhar ao Congresso Nacional, por meio do Presidente do Senado, e por meio do Presidente da Câmara, as principais preocupações consubstanciadas nas reivindicações que ora nos foram entregues.

Quero, portanto, cumprimentá-los por isto. Quero também referir-me à fala do eminente Dr. Dagoberto Lima Godoy, quando lança um reconhecimento ao trabalho do Congresso Nacional. Registrou até numericamente quantas leis e emendas constitucionais foram aprovadas ao longo do último biênio, e eu diria que esse reconhecimento é importante para a democracia brasileira, especialmente porque nesse período o Congresso legislou bastante e bem, porque, às vezes, legisla bastante e mal, mas neste biênio especialmente.

O Congresso tem em mira o novo século, tem em mira o ano 2000, legisla com vistas à modernidade, e a meu modo de ver, cresce também a importância deste evento, na medida em que os senhores também postulam o moderno, postulam caminhar para o futuro.

Ouvi também com muito agrado aqui, dois temas fundamentais, aparentemente paradoxais. De um lado, o pleito da igualdade, de outro lado, o pleito da desigualdade. Quando ouvi o pleito da igualdade, foi em relação ao tratamento que se deve dar na

concorrência entre a produção nacional e a produção estrangeira, aí pleiteou-se a igualdade de tratamento, o que é mais do que justo, tendo em vista exatamente o princípio da soberania entre as nações, em que as nações são, no plano político e institucional, iguais, e portanto, devem pelo menos, os concorrentes entre si, no setor industrial, e no setor comercial, serem tratados com igualdade, quando não até, se eu quisesse ultrapassar o limite da idéia da igualdade, haver uma preferência especial para a produção nacional.

De outro lado, eu ouvi o tema da desigualdade, também preso este tema a um princípio, que é o princípio federativo. Nas minhas lições de Direito Constitucional eu aprendi com o professor Sampaio Dória, já falecido, que a federação é a forma mais inteligente, a forma política mais inteligente que os povos encontraram para manter ligadas realidades regionais díspares diferenciadas, diferentes. Este é o sentido político da Federação. Então quando aqui se pleiteia um tratamento também diferenciado, tendo em vista as regiões do país, no fundo, no fundo, o que está se cumprindo é o cumprimento integral do princípio federativo, tal como colocado nas constituições brasileiras e, especialmente, na Constituição de 88.

Também ouvi, e já concluo as minhas palavras, senhor Senador Fernando Bezerra, uma palavra sobre o problema do meio ambiente. É curioso notar, ouvindo Sua Excelência, quando se manifestava na tribuna, que há uma preocupação com uma plêiade, um número infindável de leis relativas ao meio ambiente. E eu falava há pouco que o Congresso Nacional produziu bastante, mas muitas e muitas vezes a função do Congresso não é apenas fazer leis. Às vezes é sistematizá-las, às vezes até é desfazê-las.

Ainda há pouco tempo, constitui grupo de trabalho ligado à Presidência, que visa exatamente a sistematizar o sistema normativo brasileiro, e o exemplo clássico que trago aos senhores, feito pela nossa assessoria, é no setor do meio ambiente, onde num primeiro passar de olhos que a assessoria fez, foi possível detectar que cerca

de 15 leis relacionadas ao meio ambiente, poderiam reduzir-se a uma única, tal a semelhança, a repetição, ou temas mais ou menos semelhantes que neles são tratados.

De modo particular, eu quero, em palavras finais, cumprimentar o Senador Fernando Bezerra, especialmente porque Sua Excelência, com sua atuação no Congresso Nacional, revela exatamente uma coisa que o Brasil precisa muito: é a indústria, o setor da indústria dentro do Congresso Nacional. Sua Excelência faz com excelência, com primor, com muito empenho, com muito acerto, esta presença extraordinária desse setor produtivo nacional no Senado Federal. Meus cumprimentos aos senhores.

*“Vamos, sem
dúvida
alguma,
dar franca
guarida à
Agenda da
Indústria
com o
Legislativo”*

Anotei, durante as várias falas, e como foram muitas, não vou analisá-las, porque ultrapassaria o tempo que disponho na minha cabeça, cinco minutos, para fazer o meu pronunciamento de agradecimento ao Senador Fernando Bezerra, cuja competência e habilidade estão comprovadas nessa sessão de hoje, quando nos solicitou cinco minutos para a entrega de um documento, em que nós ouvimos dez excelentes oradores, nos propiciando amplo conhecimento dos problemas da indústria e nos trazendo a segurança de que vamos, sem dúvida alguma, porque são problemas atinentes ao legislativo, dar franca guarida à Agenda da Indústria com o Legislativo.

Como disse o Presidente Michel Temer, é estimulante ouvir as palavras do Dr. Dagoberto Godoy em relação ao Legislativo, Poder altamente injustiçado na medida em que produz e como tem produzido nestes dois anos, tanto o Senado quanto a Câmara. Em particular nesse primeiro biênio. E nem sempre justificado na opinião pública, porque nem sempre a mídia faz justiça.

Somos um poder de 513 Deputados e 81 Senadores, e basta uma ação errada de um dos parlamentares para macular, em vez do parlamentar, toda a instituição. Isso não acontece com os outros Poderes. Daí porque acho que nós somos muito mais visíveis do que os outros, e sofremos mais as injustiças que devem, a bem da democracia, sofrer uma mudança na opinião pública, para a qual os senhores estão convidados a nos ajudar nesse trabalho.

Mas perante os senhores, acho que devo falar que esses problemas abordados, inclusive de infra-estrutura, são importantes, e que nós estamos trabalhando intensamente neles. Se alguma coisa

não ocorreu não foi por culpa nossa, e se a reforma tributária não foi votada, me diz a consciência que eu devo dizer, é porque o governo não tem maior interesse na reforma tributária. O governo tem mais interesse que se vote o FEF (Fundo de Estabilização Fiscal). Eu acabei de dizer isso no Rio de Janeiro, na segunda-feira, e repito aqui agora, porque lhe dá um colchão mais cômodo.

Eu acredito que para o empresariado, a reforma tributária fosse mais útil. Quero dizer também que nós vamos fazer aí um trabalho mais eficiente da reforma da previdência do que o trabalho que foi feito na Câmara. Lá foi um trabalho possível, mas não foi o desejável. O Senador Beni Veras aqui presente está fazendo um grande trabalho.

Mas a Câmara votou várias coisas da maior importância, várias emendas, eu não vou anunciá-las, o Dr. Dagoberto Godoy já o fez com muita propriedade. Eu poderia citar todas elas, mas os processos mais importantes foram votados, alguns estão no Senado e ainda sairão este ano.

Este ano o Senado tentará enviar para a Câmara, agora em agosto, o Código Civil, que é um código de 1916, e que está paralisado deste 75. Nós não podemos ficar com um Código Civil desses, vamos tentar votar, que eu acho que é útil o efeito vinculaste, tem uma série de medidas que nós estamos tentando fazer, e moralizando também a atividade do Legislativo, tomando uma série de providências junto ao Prodasen, algumas que podem ser acopladas para a unificação de leis, como falou o presidente Michel Temer.

Mas isso passa também por um comportamento do empresariado, na medida de que o empresariado hoje não está vivendo como viveu há algum tempo o problema da inflação, e como tal, tem problemas maiores de sobrevivência que passam por uma inteligência de ação. Daí porque devo chamar à atenção, que os chefes e os líderes de determinados movimentos, e hoje aqui fui abordado em relação à declaração de um deles, tentam acuar as

elites empresariais, e aí, as Confederações da Indústria, do Comércio, etc., não devem demonstrar reacionarismo, mas não devem jamais ficar acuadas.

Devem ter uma inteligência de reação como o governo começou a ter a partir de hoje, para que nós possamos juntos fazer uma agenda positiva para o governo, e reagir à baderna e fazer do Brasil um país forte, próspero e desenvolvido. Não é um movimento de governo. É um movimento da sociedade, e passa principalmente pela desmoralização do parlamento, que é a pedra básica e fundamental da democracia.

No Dia da Indústria, é preciso que se prestigie a indústria, e nós estamos mais do que ninguém, o Legislativo, prestigiando a indústria, que é o segmento básico que sustenta a sociedade. Mas é preciso que haja a recíproca, se tenha a coragem de defender-se na mídia o Legislativo brasileiro, que cumpre os seus deveres.

Daí porque aceitei com muito prazer o convite do nosso prezado e competente colega Fernando Bezerra, que honra a indústria no Parlamento, para vir aqui hoje, com Michel Temer, para dizermos juntos que nós precisamos do apoio dos senhores, porque os senhores precisam do nosso apoio, porque precisam viver para sobreviver no regime democrático.

Quero felicitá-los pelo seu dia, mas ao mesmo tempo dizer que esse dia de hoje pode ser um marco de novos dias no Brasil. Cabe a nós fazermos os nossos dias, e não descer, não deixar que os nossos adversários tracem os nossos caminhos. Sejam felizes, empresários brasileiros.

Confederação Nacional da Indústria

Diretoria

Presidente	FERNANDO LUIZ GONÇALVES BEZERRA
1º Vice-Presidente	CARLOS EDUARDO MOREIRA FERREIRA
Vice-Presidentes	ARTHUR JOÃO DONATO DAGOBERTO LIMA GODOY STEFAN BOGDAN SALEJ JOSÉ DE FREITAS MASCARENHAS JORGE ALOYSIO WEBER ARMANDO DE QUEIROZ MONTEIRO NETO OSVALDO MOREIRA DOUAT FERNANDO DE SOUZA FLEXA RIBEIRO ANTONIO FÁBIO RIBEIRO NAPOLEÃO CAVALCANTI LOPES BARBOSA JOSÉ BRÁULIO BASSINI
1º Secretário	JOSÉ AQUINO PORTO
2º Secretário	JORGE WANDERLAU TOMÁS
1º Tesoureiro	FERNANDO CIRINO GURGEL
2º Tesoureiro	JORGE ELIAS ZAHARAN
Suplentes:	ANTÔNIO JOSÉ DE MORAES SOUZA MIGUEL DE SOUZA CARLOS ANTÔNIO DE BORGES GARCIA ANTÔNIO CONCEIÇÃO CUNHA FILHO LOURIVAL NOVAES DANTAS FRANCISCO LEITE DA SILVA ANTONIO EDSON LOPES ARAÚJO LUIS EULALIO DE BUENO VIDIGAL FILHO JOÃO OLIVEIRA DE ALBUQUERQUE ENNIO EDMYR MODENESI PEREIRA LUIZ CARLOS MANDELLI ODILON RIBEIRO COUTINHO EDGARD WANDERLEY DANILO OLIVO CARLOTTO REMOR JÚLIO AUGUSTO MIRANDA FILHO

CONSELHO FISCAL:

Efetivos:	ALBERTO ABDALLA FRANCISCO GARCIA RODRIGUES IDALITO DE OLIVEIRA
Suplentes:	MILTON FETT ALFREDO FERNANDES ADALBERTO DE SOUZA COELHO